

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS
AVISO Nº POISE- 24-2021-12

1.09 - Vida Ativa para desempregados

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Objetivo Temático: 08. - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Objetivo Específico: 1.5 – Melhorar a empregabilidade da população ativa

Eixo Prioritário: 01. - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

Prioridade de Investimento: 8.v – Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

Tipologia de Intervenção: 24 - Formação de ativos para a empregabilidade

Fundo Social Europeu

maio de 2021

Conteúdo

1. Preâmbulo.....	3
2. Beneficiário	3
3. Diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública	3
4. Ações elegíveis	4
5. Destinatários elegíveis	4
6. Calendário	4
7. Dotação indicativa e financiamento público a conceder	4
8. Procedimento para apresentação das candidaturas	5
9. Duração das candidaturas.....	5
10. Critérios de elegibilidade do beneficiário	5
11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário.....	6
12. Área geográfica	6
13. Documentos a apresentar com a candidatura.....	6
14. Indicadores a contratualizar	7
15. Forma, montantes e limites dos apoios	7
16. Regras de elegibilidade das despesas	8
17. Processo de análise e decisão das candidaturas.....	8
18. Condições de alteração.....	9
19. Regime de financiamento e prazos de decisão.....	9
20. Eficiência e resultados	11
21. Direitos e obrigações do beneficiário	11
22. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações	13
23. Divulgação dos resultados	13
24. Disposições legais e regulamentares aplicáveis.....	13
25. Contactos a nível nacional	13
26. Anexos.....	14
1. Checklist de Avaliação da promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação	14
2. Deliberação da CIC Portugal 2020 n.º 23/2020 - Metodologia de aplicação de Custos Simplificados.....	14
3. Prazos para análise e decisão de candidaturas	14
4. Simulador de Correção Financeira	15

1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterado pelas Portarias n.ºs 181-C/2015, de 19 de junho, 265/2016, de 13 de outubro, 41/2018, de 1 de fevereiro, 235/2018, de 23 de agosto, 66/2019, de 20 de fevereiro, que o republica, 140/2020, de 15 de junho, 163/2020, de 1 de julho, e 279/2020, de 7 de dezembro, doravante designado por Regulamento Específico, as candidaturas são apresentadas por concurso ou por convite, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e na página da Internet da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), doravante designada por Autoridade de Gestão.

O presente aviso configura um **convite** para apresentação de candidaturas, tendo sido elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, e n.º 10-L/2020, de 26 de março, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), para o período de programação 2014-2020.

Considerando que este convite se dirige a um beneficiário responsável pela execução de políticas públicas, está dispensado, por força da Deliberação n.º 82/2015, de 11 de novembro, da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020, da fundamentação específica prevista no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento Específico, em conjugação com o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

2. Beneficiário

De acordo com o artigo 101.º do Regulamento Específico pode aceder aos apoios concedidos, no âmbito da presente tipologia de operações, enquanto organismo responsável pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP), através da sua rede de Centros de Gestão Direta e Participada.

3. Diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública

No âmbito da presente tipologia de operações são financiadas as ações previstas no artigo 99.º, n.º 1, do Regulamento Específico, que cumpram os critérios previstos no diploma normativo enquadrador de política pública:

- Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho

Regulamento
Específico

Decreto-Lei n.º
159/2014

Deliberação n.º
82/2015, de 11 de
novembro, da CIC
Portugal 2020

IEFP, IP

Vida Ativa

4. Ações elegíveis

Nos termos do n.º 1 do artigo 99.º do Regulamento Específico, são elegíveis as formações que cumpram os critérios previstos no respetivo diploma de política pública identificado no ponto 3, designadamente as seguintes:

- Percursos de formação modular, com base em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), tendo como referência as que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), podendo ainda incluir UFCD Extra - CNQ, com vista a estimular a obtenção de uma qualificação e certificação profissional ou de dupla certificação;
- Formação prática em contexto de trabalho, que complemente o percurso de formação modular ou as competências anteriormente adquiridas pelo desempregado em diferentes contextos. Note-se que esta formação apenas pode ser considerada para efeitos de financiamento quando incluída num percurso e desde que a formação em sala (teórica e prática simulada) tenha uma duração igual ou superior a 75% da duração total do percurso.

5. Destinatários elegíveis

São destinatários da formação prevista no ponto 4 do presente convite, os desempregados inscritos nos centros do IEFP, IP que se encontram mais próximos do reingresso no mercado de trabalho, entende-se como tal, os desempregados não DLD (Desempregado de longa duração) com habilitações iguais ou superiores ao ensino secundário.

6. Calendário

O período para apresentação de candidaturas decorre entre as 9.00 horas do dia 05 de maio de 2021 até às 18:00 horas do dia 07 de junho de 2021.

Aconselha-se o beneficiário a acautelar a submissão atempada das candidaturas, evitando a submissão das mesmas nos últimos dias do prazo.

7. Dotação indicativa e financiamento público a conceder

A dotação financeira indicativa afeta ao presente convite é de 18.000.000 € (dezoito milhões de euros) para uma meta de 124.130 participantes desempregados, a qual pode ser reforçada por decisão da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão.

A comparticipação pública da despesa elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%), sendo esta última suportada pelo beneficiário, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do artigo 5.º do Regulamento Específico.

Percursos de
formação modular

Período de
candidatura:
05/05/2021
07/06/2021

Dotação de 18 M€
para uma meta de
124.130 participantes
desempregados

8. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação da candidatura, o beneficiário deve efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, a qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização dos beneficiários, os quais devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020.

No portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>) os candidatos têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre a abertura de candidatura;
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais.

9. Duração das candidaturas

As candidaturas apresentadas no âmbito do presente convite têm uma duração máxima de 36 meses, devendo estar concluídas até 30 de junho de 2023.

As formações integradas nas candidaturas apresentadas devem ter início e término no período de duração da mesma.

Nos termos do nº 6 do artigo 65º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, não podem ser selecionadas para efeitos de financiamento as operações que estejam materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura.

10. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O IEF, IP, deve declarar ou comprovar, se para tal for notificado, o cumprimento dos critérios de elegibilidade e não estar abrangido pelos impedimentos previstos, respetivamente, nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

Apresentação de candidaturas no Balcão 2020

Operações com a duração máxima de 36 meses

**Data limite para a conclusão das operações:
30/06/2023**

11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário

O IEFP, IP, procede à apresentação de candidaturas por região NUTS II elegível Norte, Centro e Alentejo, nos seguintes moldes:

- candidaturas por região NUTS II, integrando todos os Centros de Emprego e Formação Profissional de Gestão Direta que operam na respetiva região;
- candidaturas por Centro de Formação Profissional de Gestão Participada e região NUTS II onde se realiza a formação.

12. Área geográfica

Para efeitos de financiamento, são elegíveis as operações realizadas nas seguintes regiões NUTS II do Continente: Norte, Centro e Alentejo.

Numa mesma candidatura podem ser propostas ações na modalidade de formação presencial e outras em regime de formação a distância ou combinadas.

Nas ações de formação presencial, a elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde se realizam as ações, em conformidade com o previsto no artigo 84.º do Regulamento Específico.

Nas ações suspensas por razões relacionadas com a pandemia COVID-19 que forem concluídas com recurso à modalidade de formação a distância, a elegibilidade geográfica corresponde ao local onde a ação se iniciou.

Nas ações de formação que combinam a modalidade de formação presencial com a modalidade de formação a distância, a elegibilidade geográfica corresponde ao local onde se realiza a formação presencial.

Nas ações exclusivamente desenvolvidas na modalidade de formação a distância, a elegibilidade geográfica corresponde ao concelho de residência da maioria dos formandos ação, não sendo, em caso algum, aceites formandos residentes em concelhos abrangidos pelas regiões NUTS II de Lisboa e do Algarve.

13. Documentos a apresentar com a candidatura

Ao formulário de candidatura tem obrigatoriamente que ser anexado, através de *upload*, a seguinte documentação:

- Fundamentação da candidatura, em particular o seu contributo para os objetivos da tipologia de operações;
- Checklist de Avaliação da promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação, disponível no Anexo 1.

**NUTS II do
Continente: Norte,
Centro e Alentejo**

**Memória Descritiva
Checklist da
igualdade e não
discriminação**

14. Indicadores a contratualizar

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento e de incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, sendo também fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7.º do Regulamento Específico são contratualizados com o beneficiário, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Na candidatura o IEFP, IP, apresenta as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão para os indicadores de realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

Desta forma, serão contratualizados com a Autoridade de Gestão, os indicadores identificados de seguida, salientando-se que o indicador de realização e de resultado a contratualizar decorre diretamente dos indicadores definidos para o PO ISE, no âmbito do objetivo específico em que se enquadra esta tipologia de operações:

Indicadores de Realização e Resultado do Convite			
	Indicador	Unidade	Meta do Convite
Indicador de Realização	Participantes desempregados, incluindo DLD, na formação	n.º	124.130
Indicador de Resultado	Participantes desempregados, incluindo DLD, que obtiveram competências escolares e/ou profissionais	%	80%

Fórmula de Cálculo para apuramento da meta do Indicador de Resultado:

$$\frac{\text{N.º de participantes}^1 \text{desempregados, incluindo DLD, que obtiveram competências escolares e/ou profissionais}}{\text{N.º de participantes}^1 \text{desempregados, incluindo DLD, em formação}} \times 100\%$$

¹ Para efeitos de apuramento, a contabilização dos participantes, deve ser efetuada por UFCD

15. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste convite revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Contratualização de resultados com o beneficiário

Tabelas normalizadas de custos unitários

O custo total elegível da operação é calculado com base no custo unitário de 3,89€, por hora de formação e por participante, nos termos da Deliberação n.º 23/2020, de 6 de agosto, aprovada pela CIC Portugal 2020, constante no Anexo 2 do presente convite.

16. Regras de elegibilidade das despesas

Na presente tipologia de operações são elegíveis as despesas realizadas pelo IEFP, IP, na qualidade de beneficiário público responsável pela execução de políticas públicas, que garantam a legalidade, conformidade e regularidade dos apoios concedidos ao abrigo do diploma enquadrador mencionado no ponto 3 e na modalidade de custos unitários, sendo a determinação dos montantes de despesa a aprovar efetuada com base na atividade física declarada.

17. Processo de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade previstos neste convite.

O IEFP, IP, é notificado das correspondentes propostas de decisão das candidaturas por si tituladas, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos, sendo o mesmo ouvido no procedimento, nos termos legais, efeito para o qual é concedido um prazo máximo de 10 dias úteis, contado a partir da data da notificação atrás referida, para apresentar eventuais alegações em contrário.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas, que pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos, é proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do convite.

O mencionado prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados ao IEFP, IP, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez. A não apresentação no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam considerados determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

A decisão é notificada ao IEFP, IP, no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver diagrama com as respetivas etapas e prazos, constante do Anexo 3 ao presente convite).

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, ser submetido eletronicamente no Balcão 2020, devidamente autenticado, nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º

Audiência de interessados

Decisão proferida no prazo de 60 dias úteis

Suspensão do prazo de decisão

Notificação da decisão

Termo de Aceitação

159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, ou ser devolvido por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar o IEFP, IP, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso o termo de aceitação não seja submetido ou devolvido devidamente assinado no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao IEFP, IP, e devidamente aceite pela Autoridade de Gestão.

A decisão de aprovação da candidatura é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, salvo se aquela interrupção da operação tiver sido autorizada pela Autoridade de Gestão ou, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, quando esta for posterior, caduca nos termos do artigo 12.º-A do Regulamento Específico.

18. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

É obrigatória a formalização de pedido de alteração quando a operação não se inicie no ano civil previsto para o efeito, nos termos da decisão de aprovação, ou quando inicie num período superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início ou à data de conhecimento da decisão de aprovação.

Se o IEFP, IP, não for notificado da correspondente decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

19. Regime de financiamento e prazos de decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo IEFP, IP, confere-lhe o direito a receber financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O IEFP, IP, tem direito para cada candidatura aprovada a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para

**Caducidade da
decisão**

Adiantamento:

cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão eletrónica do termo de aceitação da decisão de aprovação ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar o IEF, IP, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação no Balcão 2020.

O financiamento pelo PO ISE assenta na demonstração, por parte do IEF, IP, de elementos que permitam confirmar o volume de formação declarado e elegibilidade dos formandos. Por conseguinte, os pagamentos da Autoridade de Gestão ao IEF, IP, são efetuados com base no volume de formação realizado referente a ações concluídas, à data de referência do pedido de reembolso em causa.

Os pedidos de reembolso são submetidos no Balcão 2020 com uma periodicidade mínima trimestral, reportando-se ao último dia do mês a que dizem respeito, devendo o IEF, IP, submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Específico.

No caso de candidaturas plurianuais, o IEF, IP, fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020, até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende, por uma única vez, quando a Autoridade de Gestão solicite cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O IEF, IP, tem direito ao financiamento, por via da apresentação de reembolsos, desde que a soma dos adiantamentos e dos pagamentos intermédios de reembolsos, não exceda os 85% do montante do financiamento total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e a data de apresentação do pedido de pagamento de saldo.

Para efeitos de contagem do prazo de apresentação do pedido de pagamento do saldo, considera-se que a data de conclusão da operação é a que consta do cronograma aprovado, em sede de candidatura ou pedido de alteração, como data final para a realização da sua última ação.

**15% do montante
aprovado por ano
civil**

**Pedidos de
Reembolso com
periodicidade
trimestral**

**Pedido de
Reembolso
Intermédio até 31 de
março**

**Decisão proferida no
prazo de 30 dias úteis**

**Reembolso até 85%
do montante
aprovado**

**Pedido de
pagamento de saldo**

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a conformidade dos elementos apresentados pelo IEFP, IP, bem como a observância do custo unitário por hora de formação e por participante aprovado para a presente tipologia de operações, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução física, ou seja, do volume de formação realizado, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo final é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende, por uma única vez, quando a Autoridade de Gestão solicite cópias dos documentos originais, ou outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

20. Eficiência e resultados

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento do indicador de resultado for de, pelo menos, 80% do contratualizado.

Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta do indicador de resultado, num máximo de 5% do montante a aprovar em saldo final, conforme simulador disponível no Anexo 4 ao presente convite. De referir que, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a Autoridade de Gestão pode proceder à revisão dos resultados contratados, mediante pedido do beneficiário, quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, à data de aprovação, inultrapassáveis e não imputáveis ao beneficiário e desde que a operação continue a observar as condições de seleção do respetivo concurso.

Saliente-se que, para efeitos de cálculo do indicador de resultado (em percentagem), deve ter-se por base o valor aceite em sede de saldo para o indicador de realização, ou seja, o número de participantes efetivamente aceites na operação.

21. Direitos e obrigações do beneficiário

A submissão da candidatura confere ao IEFP, IP, o direito:

- i. À notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no ponto 17 do presente convite;
- ii. Ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos nos pontos 15 e 16 e processado dentro dos prazos e em conformidade com os procedimentos constantes do ponto 19;
- iii. Ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente convite, nos termos do ponto 23.

Reduções do apoio

Decisão proferida no prazo de 45 dias úteis

Cumprimento das metas: 80% do contratualizado

Correção financeira por incumprimento

Direitos

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura o IEFP, IP, fica obrigado, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a:

- a) Executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) Facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável e as disposições previstas no ponto 22 do presente convite;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- h) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- i) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- j) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- k) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre o beneficiário e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

O IEFP, IP, fica ainda obrigado a:

- l) Utilizar um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- m) Registrar regularmente, no Balcão 2020, a execução física associada às operações aprovadas pelo PO ISE, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- n) Colaborar com a Autoridade de Gestão no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

Obrigações

Com vista a garantir o cumprimento adequado desta última obrigação, em concreto o apuramento dos dados a inscrever nos indicadores comuns de realização, importa tomar medidas para uma clara e correta apreensão dos mesmos, o conhecimento do conceito que subjaz a cada indicador e o procedimento de recolha e registo da informação.

Assim, foi publicado pela Autoridade de Gestão o “Guia de Registo de Participante”, no âmbito do Sistema de Monitorização Estratégica do PO ISE, a aplicar exclusivamente às operações que beneficiam “participantes”, onde se encontram definidos um conjunto de princípios que os beneficiários devem adotar no processo de recolha e registo da informação referente às operações financiadas pelo FSE, incluindo nas operações já iniciadas.

Ao IEFP, IP, assistem ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

22. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer documento relacionado com a execução de uma operação ou produto desenvolvido, designadamente qualquer certificado de participação ou outro certificado, devem reconhecer o apoio dos Fundos à operação, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO ISE, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

23. Divulgação dos resultados

Os candidatos têm acesso aos resultados do presente convite no portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>).

24. Disposições legais e regulamentares aplicáveis

Às disposições contidas no presente convite, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.ºs 1303/2013 e 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterados pelo Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

25. Contactos a nível nacional

Autoridade de Gestão do PO ISE

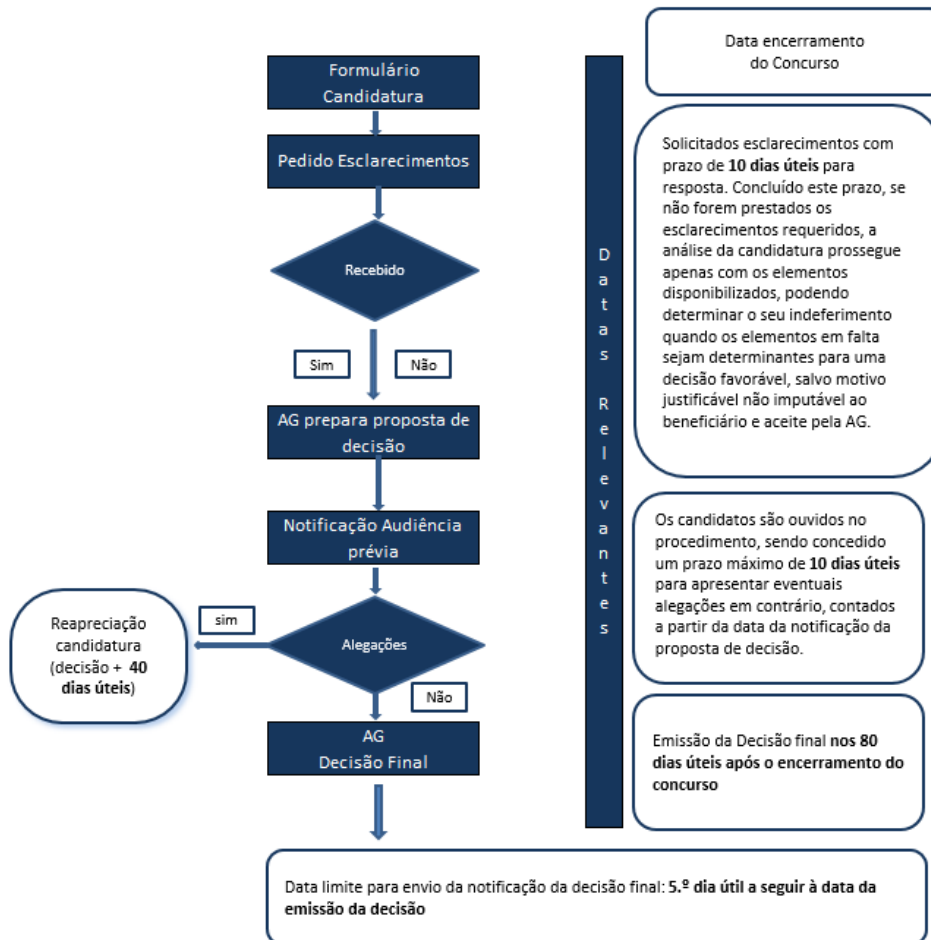
Av.ª Columbano Bordalo Pinheiro, nº 86, 5º andar
1070-065 Lisboa
Tel. (+351) 215 895 300
emprego@poise.portugal.pt

Lisboa, 05 de maio de 2021

26. Anexos

- 1. Checklist de Avaliação da promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação**
- 2. Deliberação da CIC Portugal 2020 n.º 23/2020 - Metodologia de aplicação de Custos Simplificados**
- 3. Prazos para análise e decisão de candidaturas**

Procedimentos de análise e decisão das candidaturas



4. Simulador de Correção Financeira